

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura

Área Temática: Crédito para agricultura familiar.

Período de Análise: 01/09/2016 a 30/09/2016

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio Eletrônico da CPT
Sítio Eletrônico da CONAB
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Site Eletrônico da ABAG
Carta Capital

Estagiária: Ananda da Silveira

Índice:

Em Audiência Pública, produtores rurais pedem urgência na prorrogação dos prazos de reembolso dos financiamentos. CNA, 01/09/2016.....	3
Caixa facilita tomada de crédito rural. ABAG, 02/09/2016.	4
FAEP solicita desconto para as operações de crédito do Funcafé inscritas em DAU até 2014. CNA, 06/09/2016.	4
Desembolsos de crédito rural caíram até agosto. ABAG, 09/09/2016.	5
Banco Central autoriza renegociação das operações de Crédito Rural de custeio e investimento para produtores rurais afetados pela seca. CNA, 16/09/2016.	6
CONTAG luta contra retrocessos no Seguro da Agricultura Familiar. CONTAG, 19/09/2016.	6
Medida Provisória que cria mecanismos para liquidação e renegociação de dívidas dos produtores rurais segue para sanção presidencial. CNA, 20/09/2016.	8
CONTAG e EMBRAPA renovam acordo de cooperação técnica. CONTAG, 21/09/2016.	10
CNA defende renegociação de dívidas de operações de crédito rural no Nordeste contratadas de 2012 até este ano. CNA, 22/09/2016.	11
CMN encarece custo de contratação do Proagro para produtores rurais. Cristiano Zaia. Valor Econômico, 29/09/2016.	12
Presidente Michel Temer sanciona Lei de Renegociação de dívidas de produtores rurais. CNA, 30/09/2016.	13

Em Audiência Pública, produtores rurais pedem urgência na prorrogação dos prazos de reembolso dos financiamentos. CNA, 01/09/2016.

Brasília (01/09/2016) – Diversas regiões do país vêm sofrendo com as condições climáticas adversas, responsáveis por prejuízos elevados nas lavouras e na atividade pecuária. Na região do MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), chuvas abaixo da média dos últimos cinco anos e o excesso de calor prejudicaram significativamente as lavouras de algodão, milho e soja. Na Bahia, a produção de algodão caiu 35,8% em relação à safra 2014/2015, 88% no Piauí e 28,1% em Tocantins. A produção de milho reduziu em 48,8% no Tocantins, 40,2% no Maranhão, 30,2% no Piauí e 40,7% na Bahia. Da mesma forma, as perdas na produção de soja ultrapassam 25% em cada um dos quatro estados, alcançando 64,8% no Piauí.

Os estados de Sergipe, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul também tiveram perdas consideráveis na produção de grãos e algodão devido à estiagem a partir de fevereiro desse ano. No Espírito Santo, produtores perderam a plantação de café em decorrência da seca, nessa última safra. Essas ocorrências marcam negativamente a produtividade das culturas e preocupam os produtores da região, que se dizem desamparados, com a perda das lavouras, a falta de acesso ao crédito rural e a renegociação de suas dívidas.

Para discutir os entraves na renegociação dos prazos para reembolso do crédito rural e no acesso ao crédito para a safra 2016/2017, a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (Capadr), da Câmara dos Deputados, realizou nesta terça-feira (30/08), uma audiência pública junto com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Banco do Brasil (BB), Caixa Econômica Federal (CEF) e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

Na reunião, a CNA reforçou a urgência no voto do Conselho Monetário Nacional (CMN) que possibilite a renegociação dos prazos para reembolso do crédito de custeio e investimento para os produtores atingidos pelas condições climáticas adversas na última safra. De acordo com a presidente do Sindicato Rural do Município de Luís Eduardo Magalhães (Bahia), Carminha Maria Missio, que representou a CNA na audiência, é impossível fazer agricultura no Brasil sem estar de mãos dadas com as instituições financeiras. “A situação é preocupante, temos de correr para viabilizar a renegociação desses produtores que perderam grande parte ou toda a sua produção na safra 2015/2016. Caso contrário, vamos reduzir substancialmente a produção na safra em curso”, frisou.

Em sua apresentação, Carminha mostrou dados do Banco Central, que apontam que o montante de crédito rural contratado em julho de 2016 foi de R\$ 9,7 bilhões, valor 33,2% inferior ao contratado em julho de 2015. A maior redução foi na liberação dos recursos a juros controlados, queda de 41,8% na comparação entre os meses de julho de 2015 e julho de 2016, enquanto os recursos não controlados aumentaram 40,3% no mesmo período de comparação.

Para a representante da CNA, recursos mais caros estão sendo disponibilizados em maior escala, o que complica muito a situação dos produtores. Carminha pediu aos parlamentares e outros presentes na reunião urgência na aprovação do voto do CMN que viabilize a renegociação. “É urgente. Nós não temos mais 90 dias. A safra está em andamento. O negócio é trabalhar, produzir. Os produtores não querem deixar de pagar a conta. Precisamos estruturar, com a necessária urgência, a possibilidade de pagamento dos custos da safra 2015/2016 nessas regiões ao longo das próximas safras”. finalizou.

Caixa facilita tomada de crédito rural. ABAG, 02/09/2016.

A Caixa Econômica Federal anunciou ontem medidas para facilitar o acesso ao crédito rural. Entre elas está a aprovação automática de até R\$ 500 mil, nas próprias agências, para projetos simplificados de custeio agrícola, através do Custeio Fácil Caixa, e a análise remota da área produtiva mediante imagem de satélite.

A partir de outubro, o banco oferecerá aprovação automática na agência para custeio agrícola até R\$ 1 milhão, para clientes com conta na Caixa. Para custeio pecuário, a aprovação automática será de até R\$ 500 mil, também para clientes com relacionamento.

Em quatro anos de atuação com crédito rural, a Caixa contabiliza a liberação de mais de R\$ 17,6 bilhões para produtores individuais, cooperativas e agroindústrias, por meio de linhas de custeio, investimento e comercialização.

FAEP solicita desconto para as operações de crédito do Funcafé inscritas em DAU até 2014. CNA, 06/09/2016.

Curitiba / Paraná (06/09/2016) - A Medida Provisória nº 733, assim como a Portaria nº 633 da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), prevê descontos para operações de crédito rural que foram inscritas em Dívida Ativa da União (DAU) até dezembro de 2014.

Conforme informações da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e das unidades de atendimento, as operações originárias do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), que foram inscritas em DAU até dezembro de 2014, não estão contempladas pela Medida Provisória nº 733, e não podem ser beneficiadas com os descontos para a liquidação.

A cafeicultura paranaense passou por diversos problemas relacionados principalmente com o clima e com os preços nos últimos anos. A área em produção reduziu 63% nos últimos quinze anos, a área de formação caiu 67% neste período. Isto comprometeu severamente a capacidade de pagamento dos produtores e vem levando ao abandono gradual da cultura no Estado.

Desembolsos de crédito rural caíram até agosto. ABAG, 09/09/2016.

Os desembolsos totais de crédito rural nos dois primeiros meses desta safra 2016/17 (julho e agosto) somaram R\$ 26,3 bilhões, 16% menos que no mesmo período do ciclo 2015/16, conforme dados do Banco Central. As contratações por parte da agricultura empresarial caíram 20% na comparação, para R\$ 21,4 bilhões, enquanto as da agricultura familiar, no âmbito do Pronaf, recuaram 6,3%, para R\$ 5 bilhões. O número total de contratos fechados também teve queda – de 4,6%, para 443 mil.

As retrações foram puxadas pelos desembolsos nas linhas de custeio. Nessa frente, a baixa foi de 30%, para R\$ 16,5 bilhões no total. A tomada de crédito para custeio por parte da agricultura empresarial foi R\$ 7 bilhões menor. Em parte, esse tombo reflete a forte aceleração dos desembolsos no início do ciclo 2015/16, quando o crédito para o pré-custeio foi particularmente escasso. Mas também está ligado à descapitalização de produtores prejudicados por adversidades climáticas na temporada passada, entre os quais os da região conhecida como "Matopiba" (confluência entre os Estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia).

Já a demanda de recursos para investimentos continua aquecida em 2016/17. No total, chegou a R\$ 5 bilhões no primeiro bimestre do ano-safra, aumento de 22%. Só os desembolsos no âmbito do Moderfrota, linha voltada à aquisição de máquinas e equipamentos, mais do que dobraram e atingiram R\$ 1,4 bilhão. No ciclo passado, os financiamentos para investimento chegaram a amargar quedas superiores a 40%.

No caso do Banco do Brasil, líder do mercado de crédito rural no país, os desembolsos totais caíram 37,5% no bimestre julho-agosto, para R\$ 8,8 bilhões. De modo geral, os bancos públicos emprestaram R\$ 10,5 bilhões, queda de 36% em relação aos dois primeiros meses de 2015/16. Já as instituições privadas mantiveram o mesmo patamar de liberações – cerca de R\$ 11 bilhões.

Banco Central autoriza renegociação das operações de Crédito Rural de custeio e investimento para produtores rurais afetados pela seca. CNA, 16/09/2016.

Brasília (16/09/2016) - O Conselho Monetário Nacional autorizou, nesta quarta-feira (14/09), em reunião extraordinária, por meio da Resolução 4.519 do Banco Central, a renegociação das operações de crédito rural de custeio e investimentos contratadas por produtores rurais que enfrentaram dificuldades e prejuízos, em consequência da estiagem e seca nos estados do Espírito Santo, Bahia, Tocantins, Piauí, Maranhão e na região Centro-Oeste.

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), em Comunicado Técnico de sua Comissão Nacional de Política Agrícola, considerou que a medida adotada pelo governo atende à reivindicação do setor agropecuário apresentada aos ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e da Fazenda.

A Resolução do Banco Central permite a renegociação das dívidas dos produtores rurais e suas cooperativas que estavam em situação de adimplência em 31 de dezembro de 2015, inclusive as operações que já haviam sido prorrogadas. Nas operações de custeio, o prazo de reembolso foi fixado em cinco anos, de acordo com a renda e a capacidade de pagamento do produtor. Nas operações de investimento, as parcelas de 2016 foram prorrogadas para até um ano após o vencimento do contrato, para cada parcela prorrogada, mantidos os encargos contratuais.

CONTAG luta contra retrocessos no Seguro da Agricultura Familiar. CONTAG, 19/09/2016.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG) solicitou uma reunião em caráter de urgência com o secretário especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, José Ricardo Ramos

Roseno, para tratar do Proagro Mais, tendo em vista que este programa é vital para assegurar a estabilidade nos investimentos e nas formações de lavoura da agricultura familiar, resguardando estas de possíveis sinistros.

Várias regiões do País estão em pleno plantio e outras em breve estarão, e possíveis mudanças nas regras de acesso ao Proagro Mais poderão afetar muitas dessas lavouras.

Durante a audiência, realizada na manhã desta segunda-feira (19), em Brasília, a Diretoria da CONTAG presente destacou três questões no debate com o secretário e sua equipe. A primeira, foi reivindicar o aumento do teto da receita líquida segurável de R\$ 20 mil para R\$ 50 mil. A segunda, foi debater a proposta do governo sobre o valor do prêmio a ser pago pelos agricultores(as) familiares na cobertura da lavoura financiada. Atualmente, o Seguro da Agricultura Familiar (Seaf) cobra um prêmio de 3%, podendo variar de acordo com a sinistralidade de 2% a 6%. A equipe da Secretaria Especial da Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário anunciou que o Ministério da Fazenda pretende aumentar as taxas para algumas culturas:

- Milho e soja passariam de 3% para 3,5%;
- Milho safrinha passaria de 3% para 5%;
- Demais culturas permaneceriam em 3%;
- Pêssego, ameixa, maçã, trigo, cevada e canola iriam para 6%.

Ou seja, pretendem aumentar as taxas de culturas com maior risco a depender do clima, com maior sinistralidade.

“A CONTAG não aceita nenhuma alteração no valor do prêmio pago hoje pelos agricultores e agricultoras familiares de 3%, pois não há razão ou justificativa para elevar as alíquotas do prêmio, tendo em vista que sinistralidade média é baixa. O que precisamos é aumentar a receita líquida assegurável de R\$ 20 mil para R\$ 50 mil, pois o teto atual está castigando os nossos agricultores e agricultoras familiares que estão perdendo a produção decorrente da seca e das enchentes”, defende o presidente da CONTAG, Alberto Broch.

O terceiro ponto de pauta nesta reunião tratou do aperfeiçoamento do mecanismo de emissão de Declaração de Aptidão do Pronaf (DAP), visando o aumento da segurança e da transparência do Sistema. A Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do

Desenvolvimento Agrário apresentou a proposta de realização de duas reuniões por ano do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e os agentes emissores de DAPs do referido município para validação das novas declarações.

Diante das possíveis mudanças, a CONTAG está levando o assunto ao conhecimento do ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, para que tome as providências cabíveis e evite retrocessos na política de Seguro da Agricultura Familiar.

Além destes temas já citados, a CONTAG voltou a cobrar a recriação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) com todas as suas políticas e programas que visam o fortalecimento da agricultura familiar brasileira.

Participaram da audiência o presidente da CONTAG, Alberto Broch, o secretário de Meio Ambiente, Antoninho Rovaris, o secretário de Formação e Organização Sindical, Juraci Souto, e assessoria.

Medida Provisória que cria mecanismos para liquidação e renegociação de dívidas dos produtores rurais segue para sanção presidencial. CNA, 20/09/2016.

Brasília (20/09/2016) – O Senado Federal aprovou nesta terça-feira (20/09) o projeto de lei de conversão da Medida Provisória (MP) 733/2016. As novas regras visam a liquidação e a renegociação da dívida de crédito rural contratadas pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), que poderão ser quitadas ou renegociadas com descontos até 29 de dezembro de 2017. O texto segue para a sanção presidencial.

Para o presidente da comissão mista que analisou a MP, o senador Fernando Bezerra Coelho (PSB/PE), a solução prevista no texto do projeto de conversão (PLV 24/2016) evitará o prosseguimento de leilões das terras dos agricultores, "a preços vis", pelos bancos credores. "O agricultor agora conservará em seu poder o principal meio para a realização de seu trabalho, que é a terra para produção de alimentos", frisou.

Para o vice-presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e presidente da Federação da Agricultura, Pecuária e Pesca do Estado do Rio Grande do Norte e da (FAERN), José Vieira, a MP 733 é uma reivindicação antiga do setor e

“configura uma oportunidade de reinserção dos produtores na economia rural, voltando a produzir e gerar empregos”.

Segundo o vice-presidente diretor da CNA e presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Paraíba (FAEPA/PB), Mário Borba, “os benefícios concedidos na MP 733 representam uma vitória dos produtores nessa luta que é antiga e perpassou vários governos sem uma solução definitiva”. Para ele “o governo precisa cuidar também das dívidas contratadas a partir de 2012 que estão vencidas ou irão vencer durante o ano de 2016, pois a seca que dura mais de cinco anos, considerada a maior dos últimos 100 anos, afetou a renda dos produtores que não têm condições de honrar as parcelas desse ano, portanto, precisam ser prorrogadas, mas é um tema que pode ser decidido pelo Conselho Monetário Nacional”.

Mutirão - Engrossando o apelo a Temer para que sancione sem vetos o projeto de conversão, Roberto Muniz (PP/BA) sugeriu que os bancos públicos façam uma espécie de mutirão para renegociar as dívidas dos agricultores rapidamente. Muniz lembrou que os agricultores precisam começar a trabalhar a terra já em outubro, para se beneficiar das chuvas de abril e maio. O parlamentar também criticou a necessidade da certidão negativa de débitos para renegociar as dívidas dos produtores rurais, pois, a seu ver, essa é uma exigência descabida.

A presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), a senadora Ana Amélia (PP/RS) saudou a aprovação do projeto de conversão da MP 733/2016 como uma conquista de todos os agricultores brasileiros. “O que decidimos aqui teve muito a ver com humanidade. Essa MP era fundamental, inadiável. Muitos estavam com a propriedade penhorada pela execução judicial de dívida”, observou Ana Amélia, adiantando que a CRA tem discutindo a estruturação de um sistema de seguro rural que proporcione uma renda para os agricultores.

Descontos para liquidação - Conforme o projeto de lei de conversão, a liquidação das dívidas contraídas até 31 de dezembro de 2011 junto ao Banco do Nordeste (BNB) ou ao Banco da Amazônia (Basa) e Banco do Brasil (BB) poderá ser feita com descontos variáveis de 10% a 95% conforme o somatório dos valores financiados, a data da contratação, a localização do empreendimento.

Bônus de inadimplência - Para renegociação daqueles que não conseguirem liquidar o empréstimo, com variação de até 80% e a taxa juros de 0,5% a 3,5% ao ano. O projeto de

lei de conversão permite que a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) e o Departamento Nacional de Obras contra a Seca (Dnocs) usem esses mesmos procedimentos para oferecer a quitação de dívidas vencidas de pessoas físicas relativas a venda de lotes e ao uso de infraestrutura de irrigação de uso comum nos perímetros públicos.

CONTAG e EMBRAPA renovam acordo de cooperação técnica. CONTAG, 21/09/2016.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) assinaram, na noite desta quarta-feira (21), em Brasília, a renovação do Acordo Geral de Cooperação Técnica, firmado em há quase cinco anos, e que vem garantindo um conjunto de ações voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar.

Desde 25 de novembro de 2011, data da assinatura do acordo, foram realizados seminários, capacitações de multiplicadores para valorização e propagação de sementes crioulas, jornadas temáticas de organização da produção e meio ambiente, bem como a participação da CONTAG nas oficinas territoriais para elaboração de propostas de projetos para o Fundo Amazônia (Cooperação Embrapa – BNDES), entre outras ações.

Este acordo tem como prioridades a pesquisa e o desenvolvimento agropecuário, acesso à inovação e transferência de tecnologia e processos práticos da experimentação e validação de tecnologias que combine produção, agregação de valor e acesso a mercados com garantia de renda.

O termo aditivo assinado entre as duas organizações visa prorrogar a vigência do acordo entre a Contag e a Embrapa por mais cinco anos.

Para o presidente da CONTAG, Alberto Broch, esse acordo com a EMBRAPA já trouxe resultados positivos e bem significativos. “Esse termo nos permite fazer várias ações, nessa ideia de realizar experiências participativas.” Alberto também destacou a importância da Embrapa na pesquisa agropecuária e o fato de o Brasil ser uma referência para o mundo em termos de políticas públicas para a agricultura familiar. “Mas, ainda é

bem difícil o acesso a essas políticas pelos agricultores e agricultoras familiares. E foi bem simbólico escolher esse momento para a assinatura dessa renovação do acordo, com a presença de dirigentes sindicais e da Rede de Ater.”

O diretor de Transferência de Tecnologia da EMBRAPA, Waldir Stumpf Junior, ressaltou a importância da agricultura familiar e dos avanços dentro da organização a partir desse acordo. “Hoje, a agricultura familiar faz parte das ações da EMBRAPA, está no nosso planejamento estratégico. Isso graças à parceria com a CONTAG. Ainda temos muito a avançar. Temos grandes desafios pela frente e temos muito a construir. Precisamos de políticas públicas que melhorem a qualidade de vida no campo, para que os jovens fiquem no campo, para que tenhamos comunicação no campo, porque o campo brasileiro é muito rico e quem faz o campo é a agricultura familiar.”

Este ato foi prestigiado pelos(as) participantes do Seminário de Avaliação do Cenário Nacional de Ater, do Curso Nacional de Formação em Cooperação Internacional para Promoção da Agroecologia e Soberania Alimentar e Nutricional, da Diretoria e Assessoria da CONTAG e demais convidados e convidadas.

CNA defende renegociação de dívidas de operações de crédito rural no Nordeste contratadas de 2012 até este ano. CNA, 22/09/2016.

Brasília (22/09/2016) – O vice-presidente diretor da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e presidente da Federação da Agricultura e Pecuária da Paraíba (FAEPA), Mário Borba, defendeu a renegociação de dívidas de crédito rural de operações contratadas de 2012 até julho deste ano, por produtores que vivem na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Região Nordeste (Sudene).

Em ofício, entregue nesta quinta-feira (22/09), ao superintendente do órgão, Marcelo José Almeida das Neves, e aos membros do Conselho Deliberativo da Sudene, em reunião do colegiado em Recife (PE), ele pediu o apoio da instituição para a aprovação de voto que trata desta medida e deve ser analisado na próxima semana pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). A questão foi encaminhada à equipe econômica do governo.

Os contratos feitos de 2012 até este ano, referentes a operações de crédito rural, não foram contemplados na Medida Provisória 733, aprovada nesta semana pelo Senado e que

aguarda sanção presidencial. Desta forma, Mário Borba quer que o CMN autorize a repactuação do passivo contraído nos últimos quatro anos e meio, contemplando todas as fontes de recursos.

Por conta dos prejuízos causados pelas secas prolongadas nas últimas safras, a atividade agropecuária foi amplamente afetada na região. “Mais de 90% dos municípios do Nordeste estão em situação de emergência por conta da estiagem. Dos 1.050 municípios da região, 981 tiveram pelo menos 50% da área de produção impactada”, justificou o vice-presidente da CNA.

Ele alertou, ainda, sobre a cobrança indevida pelos bancos da taxa de análise de viabilidade econômica para operações de crédito rural junto aos produtores. Esta medida, argumentou Mário Borba, está em desacordo com a Resolução 4.288/2013, do Banco Central, que não prevê a incidência de taxa sobre a atividade primária, e sim a outros setores, como indústria e serviços.

Ainda no ofício, ele mostrou preocupação com o déficit hídrico na região. Segundo ele, a região está com 19% de água armazenada. A situação é mais crítica nos estados do Ceará, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. A forte estiagem que afeta o Nordeste, em especial o Semiárido, tem impedido os produtores rurais de contratar novas operações de crédito para financiar a produção. De 2013 a 2015, apenas R\$ 8,3 bilhões foram liberados para a atividade agropecuária na região, que superou apenas o Norte do país na tomada de empréstimos.

Condell – O Conselho Deliberativo (Condell) da Sudene voltou a se reunir hoje, em Recife, depois de dois anos. O colegiado conta com a participação de governadores da região, além de representantes do governo federal e entidades do setor produtivo. A CNA está representada pelo presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Piauí (FAEPI), Carlos Augusto Melo Carneiro da Cunha.

Na pauta, foram discutidos, entre outros temas, mudanças nos critérios de financiamento de projetos de infraestrutura. Também participou da reunião o assessor técnico da Comissão Nacional da Região Nordeste da CNA, Joaci Medeiros.

CMN encarece custo de contratação do Proagro para produtores rurais. Cristiano Zaia. Valor Econômico, 29/09/2016.

O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou hoje quatro medidas que alteram regras do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), que funciona na prática como uma espécie de seguro rural obrigatório para produtores que tomam crédito rural no valor de até R\$ 300 mil.

A primeira delas aumenta a maioria das alíquotas básicas cobradas do produtor rural que contratar com o Proagro a partir de 1º de janeiro de 2017 para proteger sua lavoura de adversidades climáticas. Ou seja, contratar essa modalidade de seguro ficará mais caro a partir do ano que vem. Hoje, a alíquota média do Proagro Tradicional (voltada para a agricultura empresarial) é de 4%, e a do Proagro Mais (para agricultores familiares), de 3%. Apenas no caso das lavouras irrigadas, o valor cobrado (prêmio) do produtor será mantido em 2% para as categorias Tradicional e Proagro Mais. Para todas as outras culturas, o valor aumentou: no caso do milho 1ª safra e da soja, as alíquotas aumentaram para 4% e 4,5%; para o milho safrinha aumentaram para 5% e 6%; para ameixa, maçã, nectarina, pêsego, cevada e trigo as alíquotas subiram para 6,5%.

Outra medida que passa a valer a partir de 1º de janeiro é a que aumenta o limite de enquadramento de renda mínima para que os produtores possam solicitar o Proagro, ou seja, produtores que comprovem ter renda maior poderão contratar com o programa. Os limites aumentaram de R\$ 20 mil para R\$ 40 mil no caso de agricultores que plantam olerícolas, e de R\$ 20 mil para R\$ 22 mil para as demais culturas.

Outra medida, que entra em vigor a partir de 1º de julho de 2017, elimina a franquia do seguro do Proagro cobrada para os agricultores a cada ano-safra.

Segundo o chefe do Departamento de Operações de Crédito Rural e do Proagro do Banco Central, José Ângelo, essas novas regras do CMN significaram um custo maior para contratação do Proagro por um lado, mas por outro diferenciaram os tipos de prêmio (valor cobrado) para cada cultura e realidade de região agrícola do país.

Outra preocupação do BC é que o programa não seja tão deficitário como realmente é — geralmente o governo tem mais prejuízo do que arrecada com o Proagro, por conta dos sinistros envolvidos.

Presidente Michel Temer sanciona Lei de Renegociação de dívidas de produtores rurais. CNA, 30/09/2016.

Brasília (30/09/2016) - O presidente da República, Michel Temer, sancionou, nesta quinta-feira, (29/09), a Lei 13.340/2016, que estabelece condições para liquidação ou renegociação de dívidas de operações de crédito rural de produtores rurais das regiões Norte e Nordeste, atingidos por intempéries climáticas como chuvas e estiagens. O texto é resultado de negociações feitas entre governo federal, Congresso Nacional e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

A lei vale para produtores que vivem nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Superintendência do Desenvolvimento do Amazonas (Sudam). No caso da Sudene, além dos estados da região situados no semiárido, serão contemplados, ainda, agricultores do norte do Espírito Santo e Minas Gerais e dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, também abrangidos pela atuação da Superintendência.

Os demais produtores rurais do país também poderão ser beneficiados com os bônus oferecidos para a liquidação de dívidas de crédito rural de qualquer fonte de recursos, se os contratos estiverem inscritos ou foram encaminhados, até o dia 29 de setembro de 2016, para inclusão na Dívida Ativa da União (DAU).

A CNA entende que os problemas climáticos atingem indistintamente pequenos, médios e grandes produtores rurais do país. Assim, todos devem ser contemplados com medidas de estímulo capazes de garantir a permanência e a reinserção na atividade agropecuária.

A nova lei incluiu também os cafeicultores, com benefícios maiores para aqueles cujas propriedades encontram-se na área de atuação da Sudene e da Sudam. Nestas áreas, incluem-se as regiões produtoras do estado da Bahia, norte do Espírito Santo e Minas Gerais, Vale do Jequitinhonha, Vale do Mucuri e o estado de Rondônia.

Os demais cafeicultores do país poderão se beneficiar dos bônus oferecidos para liquidar as dívidas de crédito rural, incluindo recursos oriundos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), que foram inscritas na DAU ou encaminhadas para inscrição na Dívida Ativa até 29 de setembro de 2016.
